



**UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA**

A GUERRA DA UCRÂNIA E A SUA INFLUÊNCIA NA GEOPOLÍTICA EUROPEIA

[The ukrainian war and the influence on the European geopolitics]

Projeto de Graduação

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

Joana Cristina da Silva Correia Paupério Pereira

Orientador:

Professora Doutora Isabel Costa Leite

Junho 2025



**UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA**

A GUERRA NA UCRÂNIA E A SUA INFLUÊNCIA NA GEOPOLÍTICA EUROPEIA

[The ukrainian war and the influence on the European geopolitics]

Projeto de Graduação

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

Joana Cristina da Silva Correia Paupério Pereira

Orientador:

Professora Doutora Isabel Costa Leite

Junho 2025

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço aos professores que me acompanharam ao longo da minha licenciatura, com destaque para os professores responsáveis pela minha orientação, Professora Doutora Isabel Costa Leite a orientadora do meu projeto de graduação e o Professor Doutor orientador João Casqueira orientador do meu estágio, pelo apoio e orientação.

Agradeço à Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra A SIDA”, instituição onde realizei o meu estágio curricular pela hospitalidade e simpatia com que me receberam.

Agradeço ainda aos meus padrinhos, aos meus pais e à minha irmã pelo incentivo constante durante esta jornada.

À minha madrastra deixo um agradecimento especial, pela ajuda preciosa na sugestão de temas e ideias para este projeto.

Ao João, agradeço pela paciência, compreensão e companheirismo ao longo desta jornada.

Por fim, aos meus avós, agradeço de fundo de coração o exemplo de força e sabedoria que os quatro sempre representaram para mim, sem dúvida sem o vosso apoio isto não seria possível.

Resumo

O presente projeto analisa a guerra da Ucrânia, que teve início em fevereiro de 2022, e a influência que esta exerceu na geopolítica europeia, adotando uma abordagem que associa elementos históricos, estratégicos, energéticos e económicos. Na primeira parte do trabalho é traçado um enquadramento histórico do conflito, desde a origem do reino medieval Rus de Kyiv, olhando para o período soviético para o processo de sovietação e pela ocorrência do Holodomor, até à assinatura e posterior rotura do Acordo de Budapeste. Posteriormente é abordado os elementos que fomentaram o aumento de tensões entre a Rússia e a Ucrânia, como a ocorrência do EuroMaidan, a anexação russa da Crimeia e o início do conflito em Donetsk e Lugansk. Na segunda parte, analisa-se a influência direta que o conflito exerceu na geopolítica europeia. É discutido o peso geoestratégico que a Ucrânia detém no cenário europeu, a reestruturação e reforço da OTAN, bem como a alteração da visão europeia quanto à aliança, à segurança e à necessidade de investimento no setor da defesa. Examina ainda a reorientação da política energética da união, fruto da forte dependência da importação energética russa, os seus impactos económicos no bloco europeu, nomeadamente na repercussão inflacionista e no impacto do consumo dos cidadãos europeus. Após esta análise, é possível concluir-se que o conflito não só expôs vulnerabilidades estruturantes da Europa, como igualmente acelerou a sua reconfiguração, dando a entender a necessidade imperativa de reforçar a sua autonomia nos mais diversos setores.

Palavras-chave: Rússia; Guerra da Ucrânia; URSS; Guerra; Geopolítica Europeia; OTAN.

Abstract

This project analyses the war in Ukraine, which began in February 2022, and the influence it had on European geopolitics, adopting an approach that combines historical, strategic, energy and economic elements. The first part of the work outlines a historical framework of the conflict, from the origin of the medieval kingdom of Kievan Rus, looking at the Soviet period for the process of Sovietization and the occurrence of the Holodomor, until the signing and subsequent rupture of the Budapest Agreement. Subsequently, the elements that fostered the increase in tensions between Russia and Ukraine are addressed, such as the occurrence of EuroMaidan, the Russian annexation of Crimea and the beginning of the conflict in Donetsk and Lugansk. The second part analyzes the direct influence that the conflict had on European geopolitics. The geostrategic weight that Ukraine holds in the European scenario, the restructuring and strengthening of NATO, as well as the change in the European vision regarding the alliance, security and the need for investment in the defense sector are discussed. It also examines the reorientation of the Union's energy policy, resulting from the strong dependence on Russian energy imports, and its economic impacts on the European bloc, particularly in terms of inflationary repercussions and the impact on consumption by European citizens. After this analysis, it is possible to conclude that the conflict not only exposed Europe's structural vulnerabilities, but also accelerated its reconfiguration, suggesting the imperative need to strengthen its autonomy in the most diverse sectors.

Key words: Russia; Ukrainian War; URSS; War; European Geopolitics; NATO.

Índice

Resumo.....	I
Abstract.....	II
Índice de Figuras.....	IV
Lista de Siglas.....	V
Introdução.....	1
Capítulo I - Contexto histórico e causas do conflito.....	3
1.1 O berço da nação russa - Rus de Kyiv e o período czarista.....	3
1.2 A Sovietização e o Holodomor.....	5
1.3 Acordo de Budapeste.....	7
1.4 O <i>EuroMaidan</i> , a anexação da Crimeia e os conflitos no leste da Ucrânia.....	9
Capítulo II – A influência na geopolítica europeia.....	12
2.1 A importância da Ucrânia em termos geoestratégicos.....	12
2.2. O ressurgimento e reforço da OTAN e o aumento dos orçamentos europeus na defesa.....	15
2.3 As mudanças na política energética europeia e a dependência do gás russo.....	17
2.4 O impacto económico na União Europeia.....	19
Conclusão.....	22
Referências Bibliográficas.....	24

Índice de Figuras

Figura 1- Mapa topográfico da Ucrânia.....	13
Figura 2 - Mapa dos portos marítimos em território ucraniano.....	14
Figura 3 - Taxa de inflação anual variação homóloga, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor.....	20

Lista de Siglas

ACT – Acordos de Parceria e Cooperação

BCE – Banco Central Europeu

CEI – Comunidade de Estados Independentes

CFE – Tratado Sobre as Forças Armadas Convencionais

IHPC – Índice Harmonizado dos Preços do Consumidor

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB – Produto Interno Bruto

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviética

Introdução

O conflito russo-ucraniano, iniciado em 2022, consolidou-se como um dos eventos mais marcantes da geopolítica contemporânea, trazendo de volta ao continente europeu um confronto armado de grande escala — algo que não acontecia desde 1945, com o fim da segunda grande guerra. A guerra na Ucrânia não só alterou a dinâmica das relações internacionais, como também redefiniu as estratégias de muitas organizações internacionais de carácter regional e universal, evidenciando vulnerabilidades e redefinindo alianças políticas e militares.

A Ucrânia, apesar de ser o maior país da Europa em extensão territorial e de ter uma população de quase 40 milhões de habitantes, ocupava um papel secundário na diplomacia europeia até à eclosão do conflito. Contudo, com a invasão russa, a sua importância geopolítica, económica e estratégica tornou-se evidente, desencadeando um efeito dominó em vários setores dos Estados europeus. O conflito forçou a Europa a reavaliar a sua política externa e a repensar as suas alianças e dependências, levando à adoção de medidas de apoio militar à Ucrânia, ao reforço da segurança interna e ao fortalecimento militar por parte de governos nacionais e de organizações como a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

Para além de um conflito armado de carácter regional, a guerra assumiu também uma dimensão identitária e ideológica, sendo utilizada como bandeira política tanto por potências ocidentais como por países do oriente. O confronto entre a Ucrânia e a Rússia tornou-se um reflexo da disputa de influência entre blocos geopolíticos distintos, criando dois polos de divisão global entre Estados pró-Ucrânia e Estados pró-Rússia.

Diante deste cenário, o presente trabalho pretende fornecer um enquadramento histórico dos antecedentes da guerra, assim como a exposição da relação entre a Ucrânia e a Rússia antes do conflito. Posteriormente, analisará a influência da guerra nas relações internacionais, com especial atenção às mudanças provocadas na geopolítica europeia, assim como na reestruturação das prioridades estratégicas da OTAN, bem como os impactos do conflito na segurança, na economia e nas relações diplomáticas do continente.

A metodologia utilizada na elaboração deste projeto baseia-se numa abordagem qualitativa, recorrendo à análise de fontes primárias e secundárias, tais como relatórios e

documentos oficiais de organizações internacionais, estudos académicos, artigos de revistas académicas, assim como de discursos oficiais de chefes de Estado e chefes de governo, a fim de analisar a posição política de cada Estado.

A pesquisa será estruturada de forma a identificar e interpretar os principais efeitos da guerra na Ucrânia sobre a geopolítica europeia, procurando relacionar os acontecimentos recentes com factos históricos.

Com o intuito de uma pesquisa mais factual, o presente projeto limitar-se-á ao marco temporal do mês de dezembro de 2024, coincidindo com o término do governo do presidente Joe Biden nos Estados Unidos, não tendo em conta os acontecimentos que se seguem a essa data.

Por razões de espaço, o projeto encontra-se estruturado apenas em dois capítulos, além de conter uma introdução e uma conclusão. No primeiro capítulo, é fornecida uma contextualização histórica do conflito, com os antecedentes e acontecimentos mais relevantes para o seu entendimento. Primeiramente, uma apresentação do reino feudal Rus de Kiev e do império czarista, de onde a Rússia e a Ucrânia sucederam. Em seguida, uma apresentação do processo de russificação da população ucraniana ocorrido na Ucrânia no período soviético e do Holodomor na década de trinta. Uma menção ao acordo de Budapeste, no qual resultou na cedência do arsenal nuclear ucraniano em cambio de garantia de não invasão do seu território. Acabando com uma menção à onda de protestos *EuroMaidan*, evento catalisador do conflito, assim como a anexação da Crimeia pela Federação Russa e os conflitos no leste do território ucraniano.

No segundo capítulo, são expostas as principais influências do conflito na geopolítica europeia. Primeiramente com uma apresentação da importância do Estado ucraniano em termos geoestratégicos. De seguida, a exposição do ressurgimento da OTAN e o seu reforço com novas adesões, e o maior investimento dos Estados europeus nos seus orçamentos no setor da defesa. Por fim, a crise do setor energético europeu, consequência da elevada dependência russa no fornecimento de energia ao continente, e o impacto económico sentido no continente.

Capítulo I - Contexto histórico e causas do conflito

1.1 O berço da nação russa - Rus de Kyiv e o período czarista

A relação histórica entre o Estado Ucrainiano e o Estado Russo é vasta e difícil de resumir em poucas palavras, já que se trata de um vínculo que perdura, ao longo da história, com o seu início até mesmo anterior à fundação de ambos os Estados modernos.

Primeiramente, ambas as comunidades são descendentes do povo eslavo, mais propriamente do ramo eslavo oriental, de onde também sucederam o povo bielorrusso e os russínios, povo este atualmente com pouca expressão populacional.

Seria o povo eslavo a fazer nascer o reino medieval conhecido popularmente como Rus de Kyiv, fruto de uma aliança entre tribos eslavas orientais e fino-úgricas consolidando-se no ano de 862 como o maior Estado feudal europeu. Este ocupava o atual território da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia estendendo-se até ao mar báltico, tendo uma dimensão colossal não muito comum para a época (Milhazes, 2022).

Em 988, Volodymyr/Vladimir I de Kyiv, fez-se batizar e instaurou o cristianismo ortodoxo como religião do Estado, este foi um aspeto fulcral que conservou uma relação de proximidade do espectro religioso entre a nação ucraniana e a nação russa, conservando-se até 2019 quando ocorreu a desvinculação da igreja ortodoxa russa com a igreja ortodoxa ucraniana, motivada pela tensão política entre ambos os Estados (Milhazes, 2022).

Como a própria história indica, Kyiv não foi só o centro de difusão do cristianismo ortodoxo como conjuntamente foi o berço da nação russa. Moscovo só viria a ocupar o posto de capital do Estado eslavo no século XII, sendo este importante antecedente apontado por alguns historiadores como uma das razões do porquê do afinco do presidente russo Vladimir Putin pelo território ucraniano (Cardoso, 2022).

Após a invasão mongol no século XIII e a crise sucessória ocasionada pelo regicídio do rei russínio Yuri II, Rus de Kyiv entra em declínio, sendo dividido em dois principados, o grão-principado de Moscovo e o grão-principado da Lituânia, resultando em uma divisão do território ucraniano pelos dois principados, sendo que o grão-principado da Lituânia detinha a maior parte do território ucraniano.

Em 1547 inicia-se um novo ciclo para os povos eslavos, o início do império russo e o czarismo com a chegada do czar Ivan IV "O Terrível", foi um período de viragem sendo uma época de expansão e modernização, de uma nação que até agora só conhecia o feudalismo como a única forma de organização social e económica. (Pedro, 2023)

A Ucrânia foi progressivamente anexada entre os séculos XVII e XVIII, já sob regência da famosa dinastia Romanov, primeiramente as terras de leste ucraniano que se encontravam sob autoridade polaca-lituana, o restante território ucraniano, à exceção do Oeste que se encontrava sob a soberania do império austro-húngaro, foi fruto da partilha da Polónia.

Foi igualmente no fim do século XIII que a região da Crimeia, futuramente anexada pela Federação Russa em 2014, foi progressivamente conquistada ao império otomano e oficialmente anexada ao império russo em 1783 (Milhazes, 2022).

Ainda na época imperial surgiu o nacionalismo ucraniano, resultado de um processo apelidado de russificação provocado pelo império russo e que de maneira atualizada perdurou até ao fim da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) em 1991. Este foi impulsionado pela forte promoção de políticas de assimilação e promoção da língua e cultura russa na população do território que hoje se entende como Ucrânia, de modo a reduzir as diferenças entre estes e os restantes povos do império e desta maneira integrá-los no mesmo (Pedro, 2023).

O fim do império aproximava-se, a imagem da dinastia Romanov encontrava-se bastante deteriorada na opinião pública, a sua vida luxuosa contrastava com a vida da população do império, paupérrima e pouco alfabetizada, com a economia do império pouco desenvolvida, para os padrões da época. Face a estes problemas a monarquia insistia na ideia de expansão do império, motivada pelo seu ego megalómano, arrastando a sua população para conflitos atrás de conflitos tais como a guerra da Crimeia 1953-1956 e a guerra Russo-Japonesa 1904-1905. Em ambas, o império russo saiu como derrotado, resultando também numa crise económica profunda no império (Pedro, 2023).

Perante estes acontecimentos deu-se em 1905 a primeira revolução russa, consistindo em diversas manifestações massivas contra o czar Nicolau II e suas políticas, uma delas bastante conhecida pela história mundial como "Domingo Sangrento", resultando em

cerca de 900 mortos e centenas de feridos, vítimas da repressão exercida pelas tropas reais. Este acontecimento e a entrada do império russo na primeira guerra mundial lutando ao lado da tríplice Entente viria a fomentar a insatisfação popular, servindo de mais um incentivo para, em 1918, após a revolução de fevereiro, Nicolau II abdicar do trono e definir-se ali o fim do império russo (Milhazes, 2022).

1.2 A Sovietização e o Holodomor

Em 1922, a Europa de leste via finalmente uma luz ao fundo do túnel para o problema da instabilidade política na região, proveniente da assinatura do tratado da criação da União Soviética por quatro repúblicas da região, Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Transcaucásia, que corresponde ao território da Arménia, Geórgia e Azerbaijão. Este tratado está na génese do oficial nascimento daquela que viria a ser a histórica superpotência a disputar os Estados Unidos, marcando também o início de um período que viria a influenciar o rumo da história do século XXI, nomeadamente os antecedentes que levaram a anexação da Crimeia em 2014, assim como da guerra iniciada em 2022.

O Estado soviético, inicialmente contava apenas com estas quatro repúblicas. No entanto, em 1954 atingiu o seu ápice integrando quinze repúblicas que, para além das referidas anteriormente, acrescentou também a Estónia, o Cazaquistão, o Quirguistão, a Letónia, a Lituânia, a Moldávia, o Tadjiquistão, o Turquemenistão e o Uzbequistão. Na teoria, segundo um dos criadores da URSS, Vladimir Lenin, a União Soviética deveria ser uma união de repúblicas iguais em direitos e deveres, sendo cada uma delas dotada de soberania plena de eventualmente sair da União se assim o entendesse, de acordo com o explicitado no artigo 26º do tratado da criação da URSS (Milhazes, 2022).

A prática divergiu imenso desta ideia da igualdade entre repúblicas, começando pela detenção do poder político concentrado nos principais órgãos do Partido Comunista da União, este que sucedeu ao partido comunista russo. 72% da sua composição eram membros de nacionalidade russa, embora a população russa significasse apenas 53 % da população total da União.

Semelhante situação acontecia no próprio partido comunista ucraniano, onde apesar dos ucranianos significarem cerca de 80% da população do território da república da

Ucrânia e os russos apenas 9,2%, a população russa representava mais de metade dos membros da sucursal do partido ucraniano havendo aqui uma discrepância de proporção.

Apesar das medidas do próprio governo soviético para tentar mitigar as discrepâncias entre nacionalidades no governo do Kremlin, as mesmas não foram suficientes para conseguir uma divisão equitativa no poder da União, resultando que a URSS não fosse uma união de repúblicas e sim quase que um Estado unitário onde as catorze restantes repúblicas não passavam de uma extensão do território russo (Dolin & Milhazes, 2023).

A ideia de uma só nação não foi só algo meramente político como também social, refletindo-se num processo iniciado no governo de Stalin apelidado de sovietação. Esta diferenciou-se da russificação ocorrida no império russo à medida que procurava uma uniformização da população em razão da conciliação com a ideologia socialista e esta foi mais bem conseguida que a própria russificação no império russo. A criação de uma nova identidade, o homem soviético, que falaria russo como língua primária e adotaria um estilo de vida baseado no modelo russo. Este processo resultaria em que muitas escolas ucranianas lecionassem em russo como língua primária, sendo o ucraniano ensinado como língua secundária, e a respetiva assimilação da língua russa como língua materna das crianças ucranianas (Theodore, s.d.).

Stalin igualmente adotou políticas de repovoamento, especialmente da região este da Ucrânia, este seria mais um fator que contribuiria para disseminação da língua russa no território ucraniano.

O sucesso da sovietação foi parcialmente conseguido, dado que grande parte da população ucraniana se tornou bilíngue, sendo que esta condição linguística ainda perdura nos dias de hoje. No entanto, a construção da identidade soviética nunca foi conseguida pelo governo soviético, a população da União nunca se sentiu uma só nação, um só povo, nem mesmo a população russa, havendo durante os quase 80 anos sempre conflitos culturais (Theodore, sem data).

Um desses conflitos foi o Holodomor, evento que ocorreu entre os anos de 1932 e 1933 e que ainda divide opiniões quanto à sua natureza e motivação, tendo sido fruto de uma medida do governo de Stalin apelidada de coletivização do setor agrícola e que ocasionou um período de fome severa em todo o território ucraniano com uma maior

incidência na parte rural. Não existe um consenso quanto ao número de vítimas, mas estima-se que ronde entre os 4 e os 10 milhões (Dolin & Milhazes, 2023).

Alguns historiadores consideram que foi uma fome artificial deliberada pelo Estado soviético de forma a controlar a população ucraniana, já que era uma das repúblicas que mais manifestava o seu desejo de independência e que mais ameaçava a autoridade do governo do Kremlin.

Na sociedade internacional, da mesma forma, não existe aprovação unânime quanto à denominação do Holodomor. Alguns países ocidentais, como é o caso de Portugal, e o próprio Parlamento Europeu caracterizam o evento histórico como um genocídio. A Rússia só considera o Holodomor um período de fome severo igual aos restantes períodos de fome frequentes na URSS (Dolin & Milhazes, 2023; Parlamento Europeu, 2022).

1.3 Acordo de Budapeste

Em 1990, iniciou-se a dissolução daquele que foi um dos blocos mais influentes do século XX. O fim da URSS foi o resultado de uma sucessão de políticas de Mikhail Gorbachev, políticas estas de aproximação ao ocidente e que impulsionaram os movimentos independentistas das repúblicas pertencentes à União.

A Ucrânia foi das repúblicas pioneiras a liderar a vaga de declarações de independência das antigas repúblicas soviéticas, declarando a sua independência em 1991. Face à sua independência e à dissolução da URSS, a Ucrânia via-se com o terceiro maior arsenal nuclear do mundo, só mesmo atrás da Rússia e dos Estados Unidos, herança que o governo ucraniano considerou um presente envenenado, dado que poderia condicionar e dificultar as relações diplomáticas com o ocidente, isto resultando na expressa vontade de se tornar um Estado não nuclear (Budjeryn & Bunn, 2020).

O processo da sua desnuclearização foi gradual e cauteloso, motivado pela insegurança ucraniana de uma possível invasão ou interferência no seu Estado por parte da Rússia. Igualmente os Estados Unidos temiam um Estado recém-independente com poderio militar, receando que o Estado ucraniano se pudesse tornar uma Jugoslávia só que com a agravante das armas nucleares, refletindo-se em possíveis futuros conflitos na zona. Para a resolução destas duas questões, a 5 de dezembro de 1994, em Budapeste, ocorreu

a assinatura do Memorando de Budapeste, celebrado pelo presidente da Rússia Boris Yeltsin, o presidente ucraniano Leonid Kravtchuk, o presidente americano Bill Clinton e o presidente britânico John Major (Yost, 2015).

Este tratado consagrava-se como uma garantia para a Ucrânia de que os países signatários se comprometiam a respeitar a sua soberania, a sua independência e suas fronteiras, abstendo-se do uso total da força ou força coerciva contra a república da Ucrânia, a não ser em caso de legítima defesa ou ao abrigo das condições do uso legítimo da força explicitadas na carta das Nações Unidas.

Em contrapartida a Ucrânia abdicava do seu poderio nuclear herdado da URSS, entregando-o à Rússia para esta proceder à sua destruição (Yost, 2015).

Com a invasão e anexação da Crimeia em 2014, todas as disposições do acordo de Budapeste foram quebradas. O presidente russo Vladimir Putin, quando questionado pela violação do acordo de Budapeste afirmou que este foi celebrado com o “Estado anterior”. Com isto referia-se à onda de protestos apelidada de *Euromaidan* ocorrida entre 2013 e 2014 na Ucrânia resultando na fuga do presidente ucraniano Viktor Yanukovich, e que resultaria na chegada ao poder de um novo governo ucraniano Pró-europeu e Anti Rússia. Vladimir Putin afirmou que o tratado não era vinculativo já que este governo teria sido, nas palavras do próprio, resultado de um “Golpe anticonstitucional” (Jusbrasil, 2022).

Esta justificação de Vladimir Putin cai por terra quando olhando para o direito internacional, mais propriamente para a convenção de Viena, o direito dos tratados, da qual ambas as repúblicas são signatárias e por elas ratificada. Segundo aquela, os tratados são celebrados entre Estados e não entre governos, sendo estes apenas um mero intermediário agindo em nome do seu Estado, e a mudança de governo em nada afeta a força vinculativa do tratado em questão (Convenção de Viena, 1969).

A implicação negativa que a quebra do memorando de Budapeste poderá exercer no panorama internacional assim como a falta de punição por parte da sociedade internacional para com a Rússia, tem permitido o incumprimento das suas obrigações enquanto Estado signatário de outros acordos internacionais.

1.4 O EuroMaidan, a anexação da Crimeia e os conflitos no leste da Ucrânia

Envolto em narrativas antagónicas e disputas interpretativas, o *Euromaidan* permanece um dos eventos que mais divide opiniões internacionalmente, a respeito da história da Ucrânia. Do lado ocidental é considerado um marco no que diz respeito à rutura do domínio russo na Ucrânia, um sinónimo de resistência de um povo e uma demonstração democrática da vontade popular. Por contraste a essa narrativa, o ex-presidente Yanukóvytch e membros do seu governo, Moscovo e a comunicação social sua nacional e das regiões separatistas retratam como um golpe fascista antidemocrático e motivado por ingerência externa, nomeadamente interferência norte americana. A verdade é que ambos os lados concordam no que diz ser respeito ao seu carácter impulsionador que resultou nos diversos eventos (Katchanovski, 2017).

O presidente Victor Yanukovych, durante o seu mandato, adotou uma política externa de natureza assente num equilíbrio delicado e porventura insustentável, a aproximação europeia e a conservação da proximidade à federação russa, oscilando a sua orientação entre o desejo declarado à integração europeia, afigurada como promessa de modernidade e prosperidade, e a manutenção de vínculos com a união liderada por Moscovo, a CEI (Comunidade de Estados Independentes).

No entanto, em 2013 começou o seu discurso a assumir exclusivamente contornos de orientação europeia, gesto que trouxe esperança aqueles que consideravam que a aproximação à UE (União Europeia) seria o caminho devido a seguir. Esta aproximação fazia-se demonstrar nas negociações preliminares entre Kyiv e Bruxelas para a celebração do Acordo de Associação. Contudo instantes antes da sua celebração Victor Yanukovych anuncia a decisão da sua suspensão invocando razões económicas, uma delas relativa à vulnerabilidade do Estado ucraniano face ao mercado russo, este acontecimento estabeleceu-se como um marco axial catalisador da ocorrência do *Euromaidan* (Rukavina, 2024).

Esta reviravolta da política externa não foi bem recebida por uma parte considerável da sociedade civil ucraniana, sendo interpretada como uma traição de natureza histórica, assim deu-se início à onda de protestos apelidada de *Euromaidan*, inicialmente protagonizada por jovens estudantes e ativistas. O movimento não era violento, no

entanto degenerou-se com o tempo, ceifando 100 vidas entre 18 e 20 de fevereiro (Rukavina, 2024).

Após sessenta anos da cedência da Crimeia à Ucrânia por Nikita Krushev, líder da URS entre 1958 e 1964, os protestos do EuroMaidan desencadearam a subida de tensões entre a Rússia e Ucrânia, incluindo a questão da Crimeia. A fuga do ex presidente ucraniano Viktor Yanukovych para a Rússia, onde se encontra exilado, simbolizou o afastamento definitivo da Ucrânia da influência russa, o que marcou o início da postura expansionista da Rússia. Neste contexto, começaram a ser organizadas manobras política de maneira a tomar o controlo da Crimeia. Nomeadamente no conselho da Crimeia, manobras que resultaram na destituição do primeiro-ministro em funções na região autónoma pró-Ucrânia, sendo substituído por Serhiy Aksyonov empresário russo com fortes ligações ao governo de Moscovo (Equipo Editorial, 2022).

Este novo governo recusou reconhecer a Ucrânia como sua pátria, apressando-se na realização de um referendo à população da Crimeia, a pergunta seria acerca da saída da Ucrânia e a integração da Crimeia como território da Federação russa. Por sua vez a votação pelo “sim” da integração do território da Crimeia como território russo e a respetiva saída da regência ucraniana obteve 96,77%. No entanto apesar de grande parte da população da Crimeia possivelmente ser apologista da sua integração como território russo, as condições em que foram feitas o referendo, sob regime de ocupação militar e sem controlo internacional, faz duvidar da sua legitimidade. A sua ilegitimidade e falta de reconhecimento pela sociedade internacional não foi um fator impedor, tendo-se declarado a independência da península em relação à Ucrânia e a sua respetiva integração como território russo (Dolin & Milhazes, 2023).

Impulsionado por este conjunto intrincado de tensões, em abril de 2014 nas províncias (Oblast) de Lugansk e Donetsk no leste da Ucrânia, uma série de confrontos envolvendo forças governamentais ucranianas e grupos separatistas pró-Rússia que contestavam uma maior autonomia e a separação destas províncias da Ucrânia.

Devido à elevada polarização sentida e à fragmentação institucional, em Maio desse mesmo ano foram realizados referendos com a questão da independência destas províncias ou a continuação da gestão ucraniana, o resultado foi favorável à sua desvinculação da Ucrânia, resultando na proclamação das Repúblicas Populares de Donetsk e Lu-

gansk. No entanto semelhante à situação ocorrida com a Crimeia, os referendos foram postos em causa pela sociedade internacional, face à coerção armada que foi vítima a população destas regiões. Ao contrário do caso da Crimeia, Moscovo recusou incorporar estes territórios evocando o princípio do direito internacional à autodeterminação dos povos (Nunes da Cruz, 2024).

Capítulo II – A influência na geopolítica europeia

2.1 A importância da Ucrânia em termos geoestratégicos

Definitivamente é difícil senão impossível ignorar a posição e a importância da Ucrânia na Europa. Imensa a nível territorial, em termos de comparação com outros Estados europeus, com uma área de 603.000 Km² sendo o segundo país com o território mais extenso do continente europeu, ficando só mesmo atrás da federação russa. Este fator poderá ser uma potencialidade para o Estado ucraniano para algumas questões. No entanto, para outras é um fator de vulnerabilidade, refletindo-se na vasta diversidade populacional, com ausência de uma homogeneidade de cultura e até mesmo linguística entre ela, uma dificuldade de controlo político e uma maior dissipação das estruturas institucionais (Martins & Eugénio, 2019).

Em relação à configuração geográfica da Ucrânia, esta detém uma vasta rede hidrográfica de expressiva magnitude, nomeadamente o rio Dniepre como o terceiro maior rio do continente europeu, sendo grande parte dele navegável. Em território ucraniano, igualmente é notória a extensa bacia hidrográfica do Don e do Donets, que tal como o nome indica se localizam no leste do território ucraniano, até à data ocupado pela Rússia. Quando ao relevo do seu território compõe-se essencialmente por planícies, não contendo elevações montanhosas minimamente significativas.



Figura 1: Mapa topográfico da Ucrânia

Fonte: <https://pt.dreamstime.com/mapa-topogr%C3%A1fico-da-ucr%C3%A2nia-atlas-com-rios-lagos-mares-montanhas-e-plan%C3%ADcies-geogr%C3%A1fico-fronteiras-das-regi%C3%B5es-f%C3%ADsico-image303266162>

O conjunto da harmonia destes elementos, resulta num solo bastante fértil que rendeu a apelidação da Ucrânia de “Cesto de Pão” no tempo da URSS e de “Celeiro da Europa” nos tempos atuais. Consequentemente, a Ucrânia é dos maiores exportadores tanto a nível europeu quanto a nível mundial de essencialmente oleaginosas e cereais, tais como o milho e o trigo. Anteriormente ao referido conflito, o país era o maior exportador a nível mundial de óleo de girassol e ocupava a terceira posição na exportação a nível mundial de cevada (Martins & Eugénio, 2019).

Ainda no que se refere ao desempenho exportador do país, apesar dos produtos agrícolas representarem 51% das mesmas, outra tipologia de produtos também contém expressividade no cenário exportador da Ucrânia, nomeadamente metais comuns, minerais e minérios e diversos produtos alimentares (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, 2025).

Quanto à sua localização, é um ponto fulcral à medida da influência que exerce no restante continente europeu. Localizada no leste do continente europeu, a Ucrânia é um Estado de passagem de diversos corredores de transporte de mercadorias com destino à Europa, Ásia e Médio Oriente. Igualmente o próprio gás russo exportado para vários Estados-membros da UE uma questão que irá ser desenvolvida mais à frente,

A guerra da Ucrânia e a sua influência na geopolítica europeia

aproximadamente 85% deste atravessa o território ucraniano, aspeto que tal como os países da UE importadores do gás russo a Ucrânia igualmente padece, a dependência energética da Rússia.

Para além destes aspetos, a Ucrânia detém acesso a dois mares, o mar de Azov e o extenso mar negro, totalizando 2.782 km de linha de costa, com a posse de portos marítimos como o de Odessa, Mariupol e Sebastopol, totalizando dezoito portos marítimos em todo o país, cinco destes localizados na península da Crimeia. Dado o acesso ao mar ser algo reservado a pouquíssimos países na religião, constitui um elemento de valorização da localização do Estado ucraniano (Martins & Eugénio, 2019).



Figura 2 - Mapa dos portos marítimos em território ucraniano

Fonte: <https://www.transportesnegocios.pt/os-portos-maritimos-da-ucrania/>

Do ponto de vista geoestratégico, a República da Ucrânia detém importância em duas variantes, a estratégica e a ideológica/identitária. A primeira remete ao século anterior, nomeadamente à guerra fria. Zbigniew Brzezinski, cientista político norte-americano, em 1997 apelidava a Ucrânia de Estado tampão, por considerar a sua localização como pivô de separação entre duas unidades geopolíticas adversas, a Rússia e a comunidade ocidental. Esta relevância geoestratégica não só perdurou no período da URSS, como igualmente após a sua rotura com a sucessão da Federação Russa à antiga URSS, com a Ucrânia a perdurar o seu carácter divisório entre a Rússia e Estados membros de organizações internacionais consideradas essencialmente ocidentais como a UE e a OTAN (Martins & Eugénio, 2019).

O seu carácter identitário revê-se na sua história, do Estado ucraniano e do Estado russo, com isto articula –se o primeiro capítulo do presente projeto. Desde a Rus de Kyiev, onde nasceu a primeira organização política eslava sendo o berço que viria a dar lugar à Rússia e à Ucrânia, até à URSS superpotência aos mais diversos níveis à qual a Ucrânia pertencia e exercia um papel preponderante.

A aproximação da Ucrânia ao bloco ocidental, não se resume apenas à prossecução de interesses geoestratégicos e geopolíticos, como também representa uma rotura de uma influência que durante muitos séculos perdurou, com a Ucrânia a ter um papel protagonista dada a importância que detém na história russa, interpretado como a perda de um legado para aqueles que outrora consideravam como uma época áurea (Cardoso, 2022).

2.2. O ressurgimento e reforço da OTAN e o aumento dos orçamentos europeus na defesa

Em 1949, nascia a OTAN, uma aliança militar celebrada por Estados soberanos independentes cujo propósito original da sua fundação residia na garantia de liberdade e segurança de seus membros. Esta organização internacional foi concebida em consonância com o contexto da época, o pós-segunda grande guerra e a guerra fria. Contudo após 1989, com o início do colapso do bloco soviético observou-se um desvanecimento da aliança, à medida que o propósito que motivara a sua criação deixara de se justificar. Posto isto, houve uma alteração sentida na atuação e propósito da organização, deixando-se de focar unicamente em matérias de domínio militar e da defesa a ameaças armadas de países terceiros, para passar a englobar o combate a novas ameaças como o terrorismo, o crime organizado, a proliferação de armas de destruição massiva e Estados enfraquecidos (OTAN, 2012).

Após algumas décadas esquecida pela sociedade transatlântica, a OTAN volta a subir à ribalta, após a subida de tensões entre o Estado ucraniano e o Estado russo, e a retoma da discussão acerca da adesão da Ucrânia à OTAN e da sua clara intenção de se integrar nas relações euro-atlânticas. Consolidou-se como um abalo de tamanha dimensão que aqui for percebido uma ameaça sistémica, reativando receios do Estados membros da aliança.

A resposta da organização foi imediata e coesa, observando-se um sentimento e opinião unânime entre os Estados membros, tanto na solidariedade com a Ucrânia, como no aumento de declarações de apoio e apelação à união da aliança por parte de vários líderes europeus. Esta unanimidade traduziu-se na afirmação de declarações firmes de apoio à Ucrânia, como também em um reforço tangível da dissuasão coletiva, com a mobilização de tropas adicionais por parte dos Estados membros e o fortalecimento das tropas da aliança no leste do continente europeu.

Na Declaração da cimeira de Madrid, celebrada poucos meses após a invasão russa, ocorre pela primeira vez a nomeação explícita da Federação russa a ameaça principal da aliança, uma simples mudança de linguagem que acaba por traduzir a repentina transformação das relações internacionais.

No que toca à segurança nuclear, ocorreu uma redução significativa da resistência, tanto das figuras políticas como da opinião pública, em relação à permanência de armas nucleares no continente. A mesma tendência se repete no controlo do armamento, ocorrendo uma estagnação do mesmo, motivada pela quebra de confiança nos acordos multilaterais. Acordos como o *NATO-Russia Founding Act* e o CFE (Tratado sobre as Forças Armadas Convencionais na Europa) encontram-se celebrados apenas no papel, sendo amplamente percebidos como já ultrapassados (Hardt, 2024).

Embora já se observasse uma tendência crescente do investimento na área da defesa por parte dos países europeus desde 2015, impulsionada pelos apelos reiterados da OTAN para que os Estados membros cumprissem com os pressupostos da aliança, 2% do seu PIB destinados à defesa, a invasão da Ucrânia acelerou intensamente este processo, consolidando-se como o maior aumento em gastos militares desde o fim da guerra fria.

A Alemanha, um dos casos mais ousados, comprometeu-se com um pacote de 100 mil milhões de euros, destinados a modernizar e melhorar a sua capacidade defensiva. A Polónia, Estado fronteiriço da Ucrânia, estabeleceu em 2022 2,4% do seu PIB ao setor da defesa, planeando aumentar ainda mais o investimento nos anos seguintes (Cavendish, 2022).

Paralelamente, Estados fronteiriços da Rússia, nomeadamente Lituânia e Finlândia, investiram fortemente em gastos com a defesa. No caso da Lituânia ocorreu um aumento de 353% desde 2013, ou seja, antes da ocorrência da ocupação da Crimeia, e

27% em 2022. No caso da Finlândia ocorreu um aumento de 36% em 2022, o maior desde 1963.

A invasão motivou uma mudança de mentalidade em relação ao investimento em defesa, o que antes não era visto com muito pragmatismo e em que muitos Estados membros da aliança não cumpriam sequer os 2% do PIB. Agora esta meta não é entendida como um teto o qual tem que se atingir, mas sim como um mínimo indispensável (Tian et all, 2023).

Adicionalmente, a quebra da neutralidade militar por parte da Suécia e Finlândia, foi uma consequência repentina e não expectável pela sociedade internacional. A adesão à aliança foi fortemente catalisada pela repentina mudança de opinião pública da sociedade finlandesa e sueca quanto à adesão de ambos os Estados à OTAN, impulsionada pelo início da percepção da Rússia enquanto ameaça à sua segurança e à sua soberania, decisão que antes do conflito seria impensável e sensível dado a sua histórica neutralidade (Forsberg, 2023).

2.3 As mudanças na política energética europeia e a dependência do gás russo

A eclosão da guerra na Ucrânia constituiu um ponto de inflexão decisivo no que concerne às independências e vulnerabilidades energéticas da UE, nomeadamente aos Estados membros cujas matrizes energéticas eram constituídas fortemente pelas importações de hidrocarbonetos de provenientes da Rússia, petróleo bruto e mormente gás natural, este representando 50% do gás natural importado pela UE (European Commission, 2022).

Este resultado é consequência de décadas de relação de cooperação marcadas por diversos acordos como os ACT (Acordos de Parceria e Cooperação) que entrou em vigor em 1997, e que inicialmente tinha uma validade de 10 anos, havendo possibilidade de renovação mediante negociações, sendo que as mesmas foram interrompidas em 2012 (Pereira, 2014; União Europeia, 2016).

Até à data da eclosão do conflito cerca de 30% da energia consumida na UE tinha proveniência russa, sendo o gás natural um terço deste montante, representando 50% das importações de gás natural da união. No entanto esta percentagem revelou-se assimétrica entre os Estados membros, havendo uma maior dependência por Estados da

Europa central nomeadamente, Alemanha, Itália, Países Baixos e Áustria, aprofundavam laços energéticos com Moscovo, revelando uma dependência do seu setor energético particularmente elevada, outros como a Suécia e os Estados Bálticos, mostravam-se praticamente imunes à importação russa. Isto ocasionou em uma UE dividida, enquanto uns apostavam na energia russa pelo seu benéfico preço competitivo, outros a consideravam uma vulnerabilidade e um importador politicamente volátil.

O mesmo ficou evidente quando países como Finlândia, Bulgária, Polónia e Países Baixos sofreram com uma interrupção parcial do seu fornecimento de gás natural por parte da Rússia, quando se recusaram a efetuar o pagamento das suas importações à Rússia em *Rublos*, a moeda oficial da Rússia. Evidenciando a tentativa do uso do fator energético como uma medida de retaliação claramente política (European Commission, 2022).

As vulnerabilidades manifestaram-se na imposição de sanções energéticas à Rússia, esta heterogeneidade entre países da UE a respeito da proveniência da sua energia consumida resultou em divisões internas na elaboração de respostas por parte da união, divergências não apenas em termos de segurança energéticas, como igualmente em relação à postura a adotar por parte da união perante Moscovo.

Apesar de marcada por tensões internas a resposta europeia para a mitigação de choques de curto prazo logrou resultados positivos. As importações de petróleo russo no segundo semestre de 2023 caíram para 2,7% dos 16% do mesmo período do ano anterior, em relação ao fornecimento de gás por gasoduto reduziram-se a 13,8% em contraste com os 28,3% de 2022, sendo que a importação de carvão foi praticamente eliminada. A fim de compensar esta quebra de abastecimento a união estreitou relações com novos parceiros exportadores destes recursos como a Noruega e a Argélia (European Commission, 2022).

O risco de perda do mercado europeu também se demonstraria uma vulnerabilidade para a Rússia, até então era o destino de três quartos das suas exportações de gás natural, 50% das de petróleo e perto de 100% dos produtos petrolíferos refinados. Em termos monetários, em 2021 as importações energéticas da UE à Rússia representariam cerca de 185 mil milhões de dólares.

Dado a agravamento das tensões entre a Rússia e a UE e a explícita necessidade de uma alternativa energética, em maio de 2022 a Comissão Europeia apresentou um plano

apelidado de *REPowerEU*. Este plano com investimentos previstos na ordem dos 200mil milhões de euros, visa a cessação gradual da importação de combustíveis fósseis russos até 2030, em conciliação com a promoção da transição energética e a segurança climática, levando assim à autonomia energética (European Commission, 2022).

Este plano assenta em três eixos fundamentais, a eficiência energética, com campanhas de racionalização do consumo, a diversificação do abastecimento, recorrendo a outros parceiros para o fornecimento de combustíveis fósseis e a aceleração da implementação de energias renováveis (Siddi, 2022).

2.4 O impacto económico na União Europeia

A economia da UE recentemente recuperada da crise do COVID-19 viu-se novamente fragilizada após a eclosão da guerra na Ucrânia em 2022, onde a economia europeia percebe-se obrigada a se reestruturar e a redefinir estratégias com vista a estabilidade económica (European Investment Bank, 2022).

O crescimento do PIB da união em 2022 fixou-se em 3,5%, aquém da previsão de 4,3% para esse ano, enquanto para o ano seguinte as previsões já eram mais pessimistas, sendo apontadas um crescimento de modestos 0,5%, substancialmente inferior à previsão de 2,5% pensada antes do conflito. Conjuntamente, face à severa crise do setor energético europeu anunciada no ponto anterior, esta provocou um aumento dos preços da energia para os consumidores europeus consequentemente resultando em um aumento generalizado do custo de vida. O seu aumento abrupto culminou em uma taxa inflacionária bastante alta, atingindo o seu pico em outubro de 2022, cujos impactos ainda são atualmente sentidos pelos cidadãos europeus (Papunen, 2024).

Em resposta a esta conjuntura, o BCE (Banco Central Europeu) viu-se obrigado a adotar uma política monetária contracionista com o intuito de conter as pressões inflacionistas na zona euro. Isto procedendo ao aumento progressivo das taxas de juro diretores, que consequentemente resultou no aumento das taxas da *Euribor*, a fim de rumar a taxa de inflação ao objetivo definido pelo BCE de 2% (Lopes & Santos, 2023).

A guerra da Ucrânia e a sua influência na geopolítica europeia

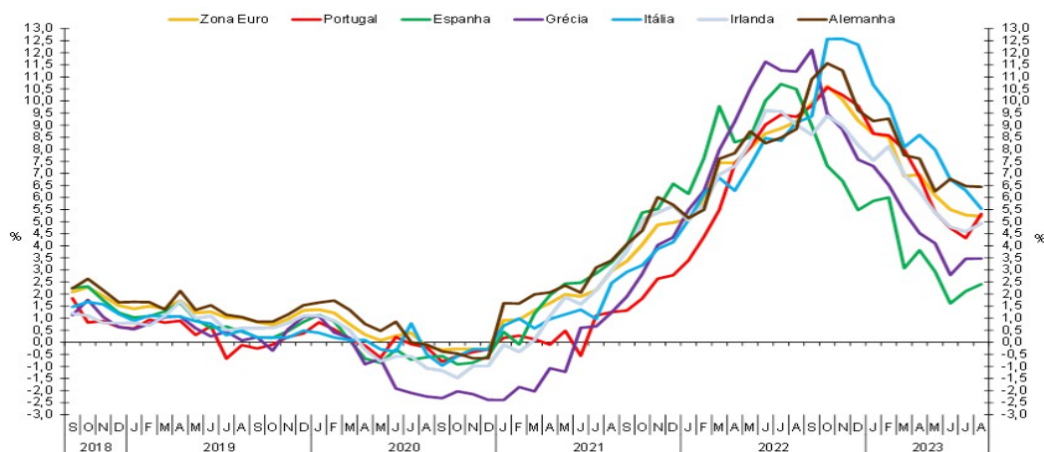


Figura 3: Taxa de inflação anual variável homóloga, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor

Fonte: Eurostat <https://www.gee.gov.pt/pt/indicadores-diarios/ultimos-indicadores/33124-inflacao-ihpc-eurostat-23-grafico>

Outro dos efeitos imediatos do conflito ficou evidente no mercado de matérias-primas e produtos alimentares, repercutindo-se nos bens intermédios, e por consequência no Índice Harmonizado dos Preços do Consumidos (IHPC). Este efeito dominó inflacionista, por sua vez, traduziu-se em uma retração do consumo privado.

A perda de poder de compra, provocada pela inflação generalizada, agravada pela elevação das taxas de juro, que por sua vez encarece o crédito, somando as expectativas de incerteza por parte dos consumidores europeus (Lopes & Santos, 2023).

Igualmente veio vivenciar vulnerabilidades do tecido empresarial europeu através de três canais: a diminuição das exportações, a compressão das margens de lucro resultado da subida do preço da energia e de matérias-primas, e a maior dificuldade a aceder ao financiamento devido ao aumento das taxas de juro. Os setores que irão sair mais prejudicados é sem dúvida, a indústria química e farmacêutica, o setor alimentar e o setor dos transportes (European Investment Bank, 2022).

Perante este cenário de fragilidade económica a UE em Junho de 2023 apresentou a sua Estratégia de Segurança económica, esta proposta visa dar uma resposta à necessidade de autonomia da união. A proposta propõe o fortalecimento da base económica da UE, a fim de reduzir riscos associados a fluxos económicos externos, adotando um certo protecionismo económico ao mesmo tempo que conserva a abertura ao mercado mundial que sempre caracterizou o projeto europeu. Para esse efeito, um dos focos

centrais é a identificação das áreas mais sensíveis a choque externos, como as cadeias de abastecimento, as infraestruturas essenciais, a segurança tecnológica e a dependência económica. Resultando assim em uma garantia que a união não fique vulnerável de dependências de Estados terceiros ou de pressões externas, e seja possível antecipar possíveis ameaças e preparar respostas eficientes.

Vários especialistas têm destacado a necessidade de uma Europa resiliente e independente economicamente, como resultado do crescente papel da geoeconomia nas relações internacionais. Com a evidente crescente interligação entre economia e segurança, a UE reconhece que a salvaguarda da sua autonomia é mais que uma mera estratégia económica, como também essencialmente uma garantia de proteção dos cidadãos europeus (Papunen, 2024).

Conclusão

A guerra da Ucrânia constituiu um marco sísmico na reconfiguração geopolítica do continente europeu, repercutindo na ordem política, estratégica, económica e nos mais diversos setores estruturantes europeus. No decorrer do presente projeto, procurou-se perscrutar a influência que este conflito exerceu no cenário europeu, como a resposta dos Estados europeus a estas repercussões negativas e a reconfiguração de alianças regionais daí advindas.

Com a análise da quebra do Acordo de Budapeste constatou-se que a quebra de credibilidade do Estado Russo aliado à falta de ferramentas que consagrem a efetividade do direito internacional, inquestionavelmente irá exercer uma influência negativa tanto a nível de futuras conversações com a Ucrânia acerca de um possível acordo de paz, como igualmente dificultando um acordo de outra natureza com países terceiros, face à crescente desconfiança no cumprimento de acordos internacionais.

O conflito catalisou, igualmente, um processo de coesão europeia e transatlântica, que se manifestou na reestruturação e reforço da OTAN, no incremento do investimento na defesa pelos Estados-membros, assim como a redefinição das políticas estratégicas da UE. A adesão da Finlândia e Suécia, simbolizando a quebra da neutralidade histórica de ambos os Estados, contribuiu para um novo alinhamento securitário europeu.

No plano energético, provocou uma reorientação estratégica profunda deste setor da UE, deixando de ser olhado como um mero setor técnico-económico para se afirmar como um pilar fundamental da soberania europeia. A dependência energética da Rússia revelou-se como uma ameaça à segurança europeia, reforçando a necessidade imperativa de adicionar a autonomia energética como um dos principais objetivos do projeto europeu.

Adicionalmente, no domínio económico, o conflito veio igualmente revelar a elevada vulnerabilidade da economia da união a choques externos, evidenciando a interdependência significativa entre a estabilidade macroeconómica da união e vínculos com setores estratégicos da economia russa.

Face aos desafios enunciados revelados pela guerra na Ucrânia, é imperativa a reinvenção estrutural do projeto europeu, com busca a uma maior resiliência, autonomia e cooperação entre os seus Estados-membros. A resposta da UE com o programa

REPower UE constitui uma reação eficiente à conjuntura no setor energético, resultando na promoção da transição energética celebre e sustentável, e adicionalmente a redução da dependência de um Estado que se mostrou altamente volátil, capaz de usar o fornecimento energético como um dissuasor político. Paralelamente, no plano económico a UE tem vindo a reforçar os seus mecanismos de resposta, nomeadamente a Estratégia de Segurança Económica, de modo a reduzir choques exógenos e garantir uma maior autonomia face a choques externos. No campo da defesa com o aumento expressivo dos gastos na mesma, observou-se uma mudança da mentalidade europeia quanto à importância dos gastos neste setor. Reconhecendo que a segurança deixou de ser uma garantia dada como adquirida para se tornar em uma prioridade, tanto no plano da defesa nacional, como no âmbito supranacional da UE e da OTAN.

Numa sociedade internacional marcada por tensões crescentes, incertezas e ausência de efetivação do direito internacional, a UE vê-se confrontada pela urgência de redobrar a sua capacidade de resposta, adaptação e afirmação enquanto sinónimo de estabilidade e democracia. Fatores para não só assegurar a salvaguarda do projeto europeu, como igualmente preservar o equilíbrio e a ordem global.

Referências Bibliográficas

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. (2025). Perfil de investimento- Ucrânia.

Becker, T., & Åslund, A. (2024). The EU's dependence on Russian energy—A force that divides or unites the Union? In A. Bakardjieva Engelbrekt, P. Ekman, A. Michalski, & L. Oxelheim (Eds.), *The borders of the European Union in a conflictual world* (pp. 147–175). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-031-54200-8>

Budjeryn, M., & Bunn, M. (2020). Budapest Memorandum at 25: Between past and future. *Managing the Atom Project*, Belfer Center.

Cardoso, R. (2022). *Ucrânia*. Leya.

Dolin, V., & Milhazes, J. (2023). *A mais breve história da Ucrânia*. Leya.

Equipo Editorial. (2022, julho). La Península de Crimea; un enclave geopolítico en el Mar Negro. *Historia Digital*, 22(40). <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8528633.pdf>

European Commission. (2022, 18 de maio). REPowerEU: A plan to rapidly reduce dependence on Russian fossil fuels and fast forward the green transition [Press release]. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_22_3131

European Investment Bank. (2022). How bad is the Ukraine war for the European recovery? European Investment Bank. <https://doi.org/10.2867/945503>

Hardt, H. (2024). NATO after the invasion of Ukraine: How the shock changed alliance cohesion. *International Politics*. <https://link.springer.com/article/10.1057/s41311-024-00629-x>

Katchanovski, I. (2017). The “Euromaidan,” democracy, and political values in Ukraine. In B. Axford, D. Buhari-Gulmez, & S. B. Gulmez (Eds.), *Rethinking ideology in the age of global discontent*. Palgrave Macmillan. <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/93252>

Lopes, A., & Santos, H. (2023). Impacto da guerra na Ucrânia. <https://www.gpeari.gov.pt/documents/35086/330536/Artigo+02-2023+-Impacto+da+Guerra+na+Ucr%C3%A2nia.pdf/aea283a4-26b4-248a-8d91-e526e3c1f10c?t=1682341636438>

Martins, L. J. M., & Eugénio, A. L. B. (2019). *Análise geopolítica e geoestratégica da Ucrânia*. Instituto Universitário Militar. <https://www.iium.pt/index.php/pub/106>

Milhazes, J. (2022). *A mais breve história da Rússia: Dos eslavos a Putin*. Dom Quixote.

Nunes da Cruz, M. F. A. B. (2024). *A crise de deslocados emergente da invasão russa à Ucrânia* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10400.5/97670>

Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2012). A transformação da OTAN. https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_publications/20120116_nato-trans-por.pdf

Parlamento Europeu. (2022). Resolução do Parlamento Europeu, de 15 de dezembro de 2022, sobre o reconhecimento do Holodomor (1932-1933) na Ucrânia como genocídio (2022/3001(RSP)).

Papunen, A. (2024, fevereiro). Economic impact of Russia's war on Ukraine: European Council response (EPRS_BRI(2024)757783_EN). European Parliamentary Research Service. https://www.europarl.europa.eu/EPRS/TD_Ukraine_Feb2024.pdf

Pedro, J. (2023). *Perspetivas atuais de guerra Rússia – Ucrânia: Os motivos profundos do conflito* [Projeto de Graduação, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório institucional Universidade Fernando Pessoa. <https://bdigital.ufp.pt/entities/publication/b4ad1022-c397-447b-b102-3353dc498644>

Pereira, F. M. F. G. (2014). *A dependência energética em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral repositório científico da universidade de Coimbra. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/27377?mode=full>

Resolução da Assembleia da República nº 67/2003. (2003). Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, assinada em 23 de Maio de 1969. <https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/rar67-2003.pdf>

Romano, R. (2022, março 9). O rompimento do Memorando de Budapeste sobre garantias de segurança e suas consequências, JusBrasil. <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-rompimento-do-memorando-de-budapeste-sobre-garantias-de-seguranca-e-suas-consequencias/1402058979>

Rukavina, B. (2024). *Euromaidan uprising – causes, implementation and legality*. *Medunarodne studije*, 24(1-2), 131-156. doi:10.46672/ms.24.1-2.6

Siddi, M. (2022). *Assessing the European Union's REPowerEU plan: Energy transition meets geopolitics (FIIA Working Paper No.130)*. *Finnish Institute of International Affairs*. <https://www.researchgate.net/publication/364351657>

União Europeia. (2016). Acordo de Parceria e Cooperação UE-Rússia. EUR-Lex. <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/eu-russia-partnership-and-cooperation-agreement.html>

Theodore, T. (s.d.). *Russification / Sovietization*. <https://d-nb.info/1029976155/34>

Tian, N., da Silva, D. L., Béraud-Sudreau, L., Liang, X., Scarazzato, L., & Assis, A. (2023). *Developments in military expenditure and the effects of the war in Ukraine*. *Defense and Peace Economics*, 34(5), 547-562. doi:10.1080/10242694.2023.22218771

Yost, D. S. (2015). The Budapest memorandum and Russia's intervention in Ukraine. *International Affairs*, 91(3), 505-538. <https://hdl.handle.net/10945/57105>